

MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA: ESTEREÓTIPOS DE IDENTIDADES DE GÊNERO NUM CONTEXTO EDUCACIONAL

Aldaberon Vieira do Nascimento ¹

RESUMO

Menino veste azul e menina veste rosa: estereótipos de identidades de gênero num contexto educacional é uma Revisão Bibliográfica com o objetivo de compreender os discursos sobre gênero e sexualidade na educação, sua potencialidade e influências externas. Na escola, ainda se ouvem comentários que ferem a dignidade humana ao delegarem o que é ‘típico de menino e o que é típico de menina’, quando na verdade falta formação e respeito às pessoas, independente de sua sexualidade. Observa-se conceitos comuns no cotidiano que expressam, na verdade, estereótipos sobre masculinidade e feminilidade, normas sociais cultivadas pelo binarismo determinado por um discurso heteronormativo. Um outro ponto apresentado refere-se às formações docentes que omitem a discussão da temática de gênero nas grades curriculares dos cursos de graduação e nas formações continuadas e acabam deixando uma lacuna, um vazio no desenvolvimento profissional que acarreta danos no cotidiano docente e discente. Ao final espera-se, com este trabalho uma ampliação nos discursos sobre as questões de gênero e sexualidade nos diversos contextos socioeducacionais.

Palavras-chave: Gênero e sexualidade, Educação, Formação, Currículo.

INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado, intitulado “*Menino veste azul e menina veste rosa: estereótipos de identidades de gênero num contexto educacional*” é resultante de uma pesquisa bibliográfica alicerçada em autores de obras sobre a temática com pesquisas reconhecidas em todo país, além de Documentos Oficiais que legalizam a inclusão do discurso de gênero e sexualidade na educação brasileira.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade explícita nos comportamentos, nos diálogos, nas vestimentas, nos corpos, nas inscrições encontradas nas carteiras escolares, na linguagem usada pelos(as) adolescentes no cotidiano da escola e nos discursos arraigados de agentes sociais e autoridades. E ainda nas rodas de conversas e depoimentos de professores(as) e outros(as) profissionais da educação quando comentam sobre questões sexuais e de gênero no espaço escolar.

¹ Professor da Educação Básica. Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Autonoma Del Sur-UNASUR/PY. Graduado do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba - PB, aldaberonvn@hotmail.com.

Para alcançar as metas desejadas para o desenvolvimento da pesquisa, objetiva-se de forma geral: compreender os discursos sobre gênero e sexualidade na educação, sua potencialidade e influências externas. Ao passo que especificamente busca-se, analisar falas de autoridades a partir de estereótipos de identidades de gênero; entender as convenções sociais cultivadas no cotidiano dos diversos grupos sociais; identificar aspectos utilizados na sociedade que estigmatizam as diversas identidades de gênero; fortalecer o respeito a pessoa humana fomentando a tolerância e igualdade de gênero; e estimular a participação docente em formações continuadas sobre diversidades sexuais e de gênero.

A metodologia de cunho bibliográfico explora autores como Almeida e Luz (2014), Silva (2013), Batista (2008) e Lanz (2017), além de Documentos Oficiais como a Constituição Federal e as Diretrizes para Educação em Direitos Humanos, dentre outros.

O texto se desenvolve dialogando sobre os vários estereótipos de gênero e as identidades sexuais presentes na escola e na sociedade como reflexo das culturas regadas através de discursos que degradam as pessoas sem respeitar o seu direito de cidadão. E aponta como um caminho viável para a quebra de tabus a formação para profissionais da educação, para evitar a depreciação da vida humana, além de defender a inclusão da temática no currículo da escola.

METODOLOGIA

A pesquisa ora apresenta de cunho bibliográfico é explicitada nos passos como se deu a construção do trabalho. A metodologia usada na produção desse texto explorou referências que se caracterizam pela análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas e páginas virtuais. Assim, foram usadas referências como: Almeida e Luz (2014), Batista (2008), Biagio (2005), Felipe e Guizzo (2004), Lanz (2017), Silva (2013), dentre outros, além de Documentos Oficiais.

O objeto de estudos da pesquisa são os estereótipos das identidades de gênero e sua relação com a educação. Buscando responder interrogações que surgem a partir de discursos proferidos por profissionais, autoridades e por agentes educacionais docentes e discentes que propagam o assunto.

Os objetivos da pesquisa constituem o trabalho como Explicativo, considerando os questionamentos apresentados na produção do texto. Em relação ao método, utilizou-se do Método Dedutivo, observando-se fatos e falas levantadas no percurso das leituras selecionadas para a produção do texto.

Portando-se das referências apresentadas, discutiu-se a problemática apresentada provocando um comparativo alicerçado nas leituras e na análise dos dados levantados na pesquisa. Um ponto considerável na pesquisa está relacionado com a fala da ministra que desperta para um debate de como a sociedade, por meio de suas autoridades imprimem discursos veementemente vexatórios em relação a alguns aspectos do cotidiano.

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

Desde cedo ouve-se muito falar no que próprio para os meninos e o que é próprio para as meninas. E esses estereótipos são identificados ainda na preparação para a chegada do(a) bebê, quando o enxoval começa ser montado, o quarto preparado e o psicológico de todos(as) em volta da família fica numa ansiedade para a chegada do novo ser. Porém, sempre foi assim? As pessoas sempre deram toda a importância a estes detalhes?

Costumeiramente se ouve falar em diversos grupos sociais: na família, na escola, entre os(as) amigos(as), dentre outros aspectos, que meninos vestem azul, são bagunceiros, objetivos e racionais. Sua matéria preferida na escola é a matemática e se dão melhor nos esportes. Enquanto as meninas preferem a cor rosa, são organizadas, mais sensíveis e têm mais disciplina, além de se destacarem mais em língua portuguesa.

No entanto, esses conceitos que são tão comuns em nosso cotidiano, expressam, na verdade, estereótipos sobre masculinidade e feminilidade, haja vista a sociedade ainda cultivar o sexismo binário normatizado por uma heteronormatividade herdada de tempos remotos.

De acordo com Rita de Biagio (2005, p. 33):

Por que meninos têm de jogar bola e só meninas brincam de casinha? Esses preconceitos começam na infância ensinados pelos adultos. A escola pode ajudar a criança a se libertar dessas amarras e a desenvolver plenamente suas capacidades. [...] São heranças culturais transmitidas pela sociedade, ou seja, pela família, pelos amigos, pelos professores. O que não quer dizer que sejam verdades, se entrarmos fundo no estudo da sexualidade humana.

O que chama a atenção, segundo a autora é o que pode-se chamar de ‘verdades’. Dentro de uma convenção social em aspectos de um binarismo presente, o que são verdades, quando o assunto é a sexualidade humana? Na verdade, observa-se que há muitos tabus e preconceitos ao se tratar desse assunto não apenas na família e na escola, mas em todos os grupos sociais.

Destarte, as crianças acabam reproduzindo o que ouvem ou veem em relação às concepções de gênero e sexualidade. E tal aspecto chega à escola, uma vez que a esta não é uma instituição isolada da cultura nem do seu tempo histórico. Ela é contemporânea e os aspectos sociais veementemente se apresentam nesse espaço. Logo chama a atenção o fato de que são os adultos mais próximos que insistem em deixar/cultivar as heranças de tabus e preconceitos se expressarem com muito vigor nas relações socioculturais em pleno século XXI.

Zenti, 2002, reflete que:

A natureza não determina que as moças devem lavar a louça e os rapazes, o carro. Nem que elas têm o direito de chorar em público e eles não. E na escola? Só as garotinhas podem manter os cadernos arrumados, com a letra impecável? Ideias assim não passam de estereótipos. Tratá-las como verdades imutáveis, ainda mais num local onde jovens personalidades estão apenas começando a se formar, pode ser um erro com uma consequência nefasta: a difusão de preconceitos. Ao reproduzir modelos, você pode, sem querer, estar podando habilidades, tolhendo talentos.

Mesmo depois de tanto tempo a sociedade ainda mantém estereótipos de gênero que criam barreiras na convivência de diversos grupos e pessoas, exteriorizam pensamentos e atitudes de outrora. Corroborando com a autora, “na verdade, é a sociedade que, desde a mais tenra infância, treina os homens para serem agressivos e as mulheres para serem cuidadoras (LANZ, 2017; p. 45)”. Logo tem-se que são as pessoas, adultas que ‘complicam’ o modo de ver o mundo a sua volta. Não é como as coisas são, é como elas são vistas, transformadas.

Estudiosos defendem que as convenções sociais não podem (ou não deveriam) existir, pois os danos causados podem ser irreversíveis. Uma vez que não há nenhuma fórmula para definir o que é próprio de menina e o que é próprio de menino. O que deve haver é o bom senso para deixar a criança livre para escolher com o que quer brincar ou que cor deseja vestir, por exemplo.

Isso passa pelo princípio da educação referenciado pela Constituição Federal em seus Artigos 205 a 214 que considera tal política como direito fundamental. Logo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, enfatizam que “A educação, neste contexto, tornará o sujeito mais consciente e comprometido com a melhoria das condições gerais de vida, sendo, portanto, elemento crítico e necessário no processo educativo (BRASIL, 2013, p. 44).”

Em janeiro de 2019, um episódio em rede nacional chamou atenção para o discurso persuasivo dos estereótipos de gênero emblemáticos na sociedade. Durante o discurso de posse como ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, a advogada Damares Alves afirmou que a partir de então, “menina será princesa e menino será príncipe”, num momento

em que a nação assiste discursos estereotipados de autoridades sobre as questões de gênero, indo de encontro as lutas por igualdade e respeito entre a diversidade de gênero do/no país.

Logo depois do seu discurso de posse a ministra ainda afirmou que é inaugurada, agora uma "nova era" no país, em que "menino veste azul e menina veste rosa". A fala da ministra, que também é pastora de uma igreja evangélica viralizou num vídeo amador que circula na internet com milhões de visualizações. No vídeo ela aparece rodeada de apoiadores que a ovacionam pela sua afirmativa.

A propósito da declaração da ministra, convém destacar o que defende Letícia Lanz:

Diante da fartura de conhecimento, no mundo de hoje, sobre a complexa constituição e funcionamento da pessoa humana, chega a ser ridículo e grotesco a sociedade continuar se valendo de um simples órgão genital como critério de diferenciação, classificação, hierarquização e atribuição de papéis e funções sociopolítico-culturais (LANZ, 2017; p. 25).

A fala da ministra levanta uma nova discussão a respeito das questões de gênero e sexualidade e inaugura uma nova etapa nas políticas públicas em todo o cenário nacional. Ao mesmo tempo em que a autora disserta como a sociedade discute os papéis estereotipados de gênero, sobretudo, a partir de sua classificação genital.

Este fato chama a atenção, também para o olhar como a escola lida com o assunto dentro de uma perspectiva de formação e sobre a educação. E corrobora com Silva ao afirmar que “a sociedade está feita de acordo com as características do gênero dominante [...] (2013, p. 93)”. Logo, pode-se afirmar que a fala da representante das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos no Governo Federal reflete a influência do pensamento heteronormativo das/nas convenções sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão dos estereótipos de gênero e sexualidade na educação passa pelas políticas de formação de profissionais. Mesmo com um número crescente de depoimentos de estudantes e/ou profissionais que afirmam não ter nas grades curriculares de cursos de licenciaturas ou mesmo nas aulas de educação básica o estudo das questões de gênero e sexualidade, vale salientar o que:

Numa perspectiva mais ampla, aprendem-se, através do currículo oculto, atitudes e valores próprios de outras esferas sociais [...]. Mais recentemente, nas análises que consideram também as dimensões do gênero, da sexualidade

ou da raça, aprende-se, no currículo oculto, como ser homem ou mulher como ser heterossexual ou homossexual, como a identificação com uma determinada raça ou etnia (SILVA, 2013, p. 79).

Destarte, compreende-se que ainda que haja resistência para a implantação, no currículo, da temática da sexualidade, esta aparece efetivamente nos discursos implícitos de forma imbricada no dia a dia das escolas: nas falas, nos gestos, nos comportamentos atribuídos a ambos os sexos nas diferentes sociedades. Por isso,

Consideramos importante [...] ressaltar o quanto educadores e educadoras precisam estar em constante processo de atualização, para que possam ter a possibilidade de assumir atitudes e posições reflexivas em relação às situações que acontecem cotidianamente nos espaços educacionais em relação a gênero, à sexualidade, à raça, etnia, dentre outros (FELIPE e GUIZZO 2004, p. 39).

São vários fatores que apontam para o item formação docente como um norte ao trabalho do(a) educador(a) em todos os aspectos. Nesse sentido, “a educação sexual é um tema presente no cotidiano escolar e por vezes há necessidade de responder dúvidas dos alunos e alunas a respeito do despertar da sexualidade, regras de comportamento, namoros, dúvidas referentes ao cuidado com o corpo, dentre outras questões,” afirmam (ALMEIDA e LUZ, 2014, p. 39).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 delega em seu Artigo 62 a pauta para a formação docente; O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2013) aponta diretrizes para formação e capacitação de profissionais. A esse ponto, Cláudia Aparecida Batista exprime que “é importante salientar que a formação não se faz antes da mudança e sim durante, num esforço de inovação e de procura de melhores percursos para a transformação da escola (2008, p. 31)”. A autora desperta a atenção para o processo de formação contínua que permeia o dia a dia de profissionais da educação, principalmente os(as) docentes.

O Ministério da Educação-MEC, em 1997 orientou às Secretarias de Educação uma política de formação continuada para profissionais docentes através da instituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, como subsídio para o desenvolvimento de estratégias e metodologias que contemplassem a discussão da temática da sexualidade em sala de aula. Os PCNs contemplam um volume com os Temas Transversais, dentre os quais Pluralidade Cultural e Orientação Sexual que, antes de tudo se caracteriza como um eixo central a educação para a cidadania

Diante de todo esforço empreendido pela/para a inclusão da temática de gênero e sexualidade no cotidiano escolar, perante as lutas para que este saia do currículo oculto e passe a ocupar as grades curriculares dos cursos de formação docente, em plena efervescência do

século XXI, ver-se ainda discursos de condicionamento sociopolítico-cultural que perpassam o campo das formações relacionadas a sexualidade.

Uma autoridade do alto escalão da hierarquia governamental do país usando de um discurso ignóbil de gênero para expressar sua oposição as necessidades socioeducacionais que a sociedade demanda para apreender e aprender o lugar de cada um(a) nos discursos e papéis estereotipados de gênero compreendidos dentro e fora dos espaços educacionais é um exemplo desses condicionamentos.

Ao estigmatizar que ‘meninas serão princesas e meninos serão príncipes’ e indo além ao expressar que ‘menino veste azul e menina veste rosa’ torna pertinente discutir amiúde que cidadão e/ou cidadã a população está escolhendo para lhe representar politicamente. E qual é o papel social que se espera de um ser em processo de formação humana e social em busca da sua plenitude para compreender a sua sexualidade.

Logo, compreende-se que:

Agora os tempos são bem outros. As diferenças entre o homem e mulher estão cada vez mais nebulosas. Nas modernas sociedades ocidentais, essas diferenças não são mais facilmente dedutíveis de uma simples inspeção visual da pessoa, do exame das funções que ela desempenha na sociedade ou mesmo das suas características genitais primárias e secundárias (LANZ, 2017; p. 27).

As pessoas, na sua maioria, alcançam novos olhares sobre os papéis de gênero no convívio social e em diversos outros contextos ou aspectos da vivência humana.

A respeito do discurso da ministra Damares Alves, segundo Batista (2008), chama a atenção “[...] algumas posturas observadas na atualidade, percebemos no dia a dia [...] posturas repressivas, preconceitos, mitos e tabus acerca do sexo, que parecem encontrar respaldo na história da sexualidade [...]”.

Contudo, vale salientar a política deliberada pelas Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos-DNEDH quando introduz que: “A educação é um instrumento imprescindível para que o indivíduo possa reconhecer a si próprio como agente ativo na modificação da mentalidade de seu grupo, sendo protagonista na construção de uma democracia (BRASIL, 2013, p. 11).” Logo, entende-se que se a escola é um local onde se forma cidadão(ã), subentende-se que esta instituição não pode negar o seu papel de formadora, uma vez que as DNEDH (2013) “recomendam a formação para a vida e a convivência dentro dos princípios da valorização as diversidades.”

Desta forma, compreende-se que, como um local de formação democrática, a escola deve prezar pelo ensino, independente de gênero ou quaisquer outro aspecto passivo de qualquer tipo de discriminação. Não há cor na educação. Não há títulos de nobreza no discurso

da política educacional. A Constituição Federal garante ao Estado a sua laicidade. Logo, este mesmo Estado não pode alçar posturas e atitudes firmadas em imposições de séculos passados que podem causar danos à educação e a pessoa humana.

Consoante, a formação docente deve ser prezada como um aspecto singular na ideologia de capacitação profissional com consequência sobre todos os grupos sociais que interferem na formação/desenvolvimento humana(o), haja vista o ser humano constituir um agente social que não consegue viver isoladamente, assim, a formação humana ultrapassa os muros da escola, uma vez que os primeiros ensinamentos são iniciados em casa, na família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso decorrido até aqui demonstra a importância de debater as questões de gênero e de sexualidade na educação, considerando a demanda necessária apresentada pelos(as) agentes educacionais.

Sabe-se há muito tempo que as questões relacionadas a esta temática enfrenta uma batalha para fazer parte dos currículos das escolas brasileiras ao mesmo tempo que enfrenta uma série de barreiras causadas por pre(-)conceitos, tabus, falta de conhecimento dentre outros estereótipos que circundam a sexualidade humana.

Determinar o que é de menino ou de menina, o que cada um(a) deve usar/vestir, como deve ser chamado(a), o que é próprio do comportamento de cada gênero é algo que aparece estigmatizado nos discursos dos diferentes grupos sociais o que determina, também tais discursos como convenções sociais.

A fala da ministra despertou uma discussão há muito engendrada nas escolas, nos cursos de formação docente e na sociedade. No entanto, esperava-se mais de uma autoridade, além do retrocesso político que fere a história da política nacional brasileira de anos complementada pela constituição cidadã que há três décadas democratiza as políticas públicas.

Com/a partir (d)este trabalho espera-se contribuir com novos discursos para uma educação mais cidadã integrando os diversos os grupos sociais constituintes das nossas sociedades, principalmente na educação. E que cada pessoa, independente da fase de vida, possa usufruir de uma forma de ser e de estar sem estereótipos discriminantes de qualquer ideologia, orientação ou alternativa de vida.

Pretende-se que este texto possa subsidiar a comunidade acadêmica nos estudos de gênero e sexualidade e que o assunto alicerce os conteúdos trabalhados na educação básica como fonte de aprendizado para suprir as possíveis dúvidas que venham surgir.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Kaciane Daniella, LUZ, Nanci Stancki da. **Educação Sexual: uma discussão para a escola?** Curitiba: Appris. 2014;

BATISTA, Cláudia Aparecida. **Educação e sexualidade: um diálogo com educadores.** São Paulo: Ícone. 2008;

BIAGIO, Rita de. **Meninas de azul, meninos de rosa.** In: Revista Criança do professor de Educação Infantil. São Paulo/SP: Set 2005.
<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/eduinf/revcrian40.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2019;

BRASIL, Constituição Brasileira (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** (org) Moraes, Alexandre de. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2001;

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013;
BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais –** Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. 2013;

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais, orientação sexual (5ª a 8ª séries).** Brasília: MEC/SEF, 1998;
FELIPE, Jane e GUIZZO, Bianca Salazar. Entre batons, esmaltes e fantasias. In MEYER, Dagmar e SOARES, Rosângela. (orgs). **Corpo, gênero e sexualidade.** Porto Alegre: Mediação, 2004;

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos de transgêneros.** Curitiba: Movimento Transgente, 2 ed. 2017;

LIMA, Rodrigo. **Menino veste azul e menina veste rosa: Recado da ministra Damares.** 2019. (35s). Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=I1b3ndCBP4Y>>. Acesso em: 25 jul. 2019;

SILVA, Tadeu Tomaz. **Documentos e Identidades, uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica. 2013;

ZENTI, Luciana. **Coisa de menino. Coisa de menina. Será?**

<<https://novaescola.org.br/conteudo/1470/coisa-de-menino-coisa-de-menina-sera>>. Acesso em: 25 jul 2019.